

Emilio Willems e os estudos de comunidade na produção sobre mudanças sociais no Brasil

NEMUEL DA SILVA OLIVEIRA¹

Introdução

O cientista social alemão Emilio Willems residiu dezoito anos no Brasil, onde se tornou professor de Antropologia na Universidade de São Paulo (USP) e de Antropologia Social e Sociologia na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Aqui desenvolveu estudos sobre assimilação, aculturação, imigração e mudança sociocultural, por exemplo, sendo até hoje referência importante sobre esses temas, especialmente os estudos que têm as populações rurais como objeto de investigação. O objetivo deste trabalho é apresentar alguns aspectos da produção intelectual de Willems, tendo o estudo *Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (1947), pioneiro entre os chamados estudos de comunidade no Brasil, como eixo para a discussão sobre a realização desses estudos e seu papel na história das Ciências Sociais no país. Assim, procura-se compreender a importância das investigações sobre mudança social na produção sociológica no país e a influência de Emilio Willems nas interpretações sobre a sociedade brasileira no contexto das mudanças econômicas, políticas e sociais em curso entre as décadas de 1940 e 1960.

Da Alemanha para o Brasil

Emilio Willems (1905-1997) era natural da cidade de Colônia, na Alemanha. Nos anos de formação escolar, no *Ginnasium Tricoronato* de Colônia, aprendeu latim e grego, que posteriormente viria a lecionar no Brasil. Estudou Ciências Econômicas na Universidade de Colônia em 1924 e, um ano depois, transferiu-se para a Universidade de Berlim, onde teve maior contato com os debates no campo da Sociologia que se

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Orientadora: Nísia Trindade Lima
email: nemuel@gmail.com

travavam à época, discutindo-se as ideias de Simmel e Troeltsch, Leopold von Wiese e Max Weber, por exemplo, que “embora distintas, orientavam-se para o conhecimento das formas de associação, seu sentido e significado (...), partindo da relação entre atores sociais, homens e mulheres, que formam e conformam os grupos sociais. (VILLAS BÔAS, 2000:174-176).

É o próprio Willems que registra, em depoimento (WILLEMS, 1987:118), a sua condição de imigrante ao vir ao Brasil em 1931. Ao estabelecer-se em Brusque, Santa Catarina, Willems era então mais um estrangeiro a escapar da situação econômica e política de uma Alemanha que alguns anos depois viveria sob o domínio do partido nazista. Brusque foi o primeiro “campo de pesquisa” para Willems, onde vislumbrou a possibilidade de observar a dinâmica de contatos culturais entre italianos, alemães e brasileiros (ibidem):

Parecia-me então que a convivência estreita e contínua de grupos culturalmente diferentes não podia deixar de produzir mudanças mais ou menos incisivas. Brusque oferecia o cenário de uma população em pleno processo de aculturação e, baseado em observações diárias durante mais de três anos, achei confirmação abundante da hipótese de inevitabilidade de tais mudanças.

Tais observações de Willems resultaram no artigo “*Essai sur le Problème de la Colonisation au Brésil*”, publicado em 1934 pela *Revue Internationale de Sociologie*. Neste mesmo ano mudou-se para o Paraná e em seguida para São Paulo. Na capital paulista, já no início dos anos 1940 e com o título de livre-docência em Sociologia Educacional, foi nomeado para lecionar Antropologia na USP e também Antropologia Social e Sociologia na ELSP, cujo Departamento de Sociologia era então dirigido por Donald Pierson.

O Anuário da ELSP de 1942 destaca a “aquisição do sociólogo Dr. Emilio Willems, conhecido pelas suas pesquisas sobre aculturação e assimilação de elementos estrangeiros na comunidade brasileira”². O texto do Anuário evidencia a importância das pesquisas e publicações realizadas por Willems antes mesmo do seu ingresso no corpo docente de duas das principais instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no Brasil naquele período. Vale ressaltar que em 1939, junto com Antenor Romano Barreto, Willems havia fundado a revista *Sociologia* e até 1941 já tinha

² Anuário da ELSP, 1942:13;96;103-105. O Anuário traz também o programa das disciplinas ministradas por Willems em 1941 (Assimilação e Aculturação de imigrantes alemães e japoneses no Brasil Meridional).

publicado no Brasil quatro livros e dez artigos, a exemplo dos livros *Dicionário de Etnologia e Sociologia* com Herbert Baldus em 1939 e *Assimilação e populações marginais no Brasil* (1940), ambos publicados pela Companhia Editora Nacional, e também os artigos “Casas e túmulos de japoneses no Vale do Ribeira de Iguape”, publicado pela *Revista do Arquivo Municipal* e “O desnivelamento econômico como fator de aculturação”, publicado pela *Revista de Imigração e Colonização*, ambos em 1941 (WILLEMS, 1987:123-124).

No final da década de 1940 Willems se transfere para a *Vanderbilt University*, de onde continuou realizando pesquisas sobre o Brasil e a América Latina, especialmente sobre a relação entre congregações protestantes e comportamento coletivo, como também participando de congressos e eventualmente lecionando (Universidade do Chile e ELSP) (ibidem, 121). Publicou seu último livro em 1986 pela Universidade de Vanderbilt, intitulado *A Way of Life and Death. Three Centuries of Prussian-German Militarism. An Anthropological Approach*.

O estudo sobre Cunha e o debate acadêmico a partir dos anos 1940

A pesquisa na comunidade de Cunha foi realizada nos meses de janeiro, março, junho, julho e novembro de 1945, período no qual os pesquisadores percorreram cerca de trezentos quilômetros pela região rural do município, conhecendo inclusive alguns municípios vizinhos. Willems contou com a assistência de Alceu Maynard Araujo, Gioconda Mussolini, Francisca Klovza, Myrtes Nogueira, Florestan Fernandes, Carlos Borges Schimidt e Paulo Camilher Florençano, seus alunos na ELSP e na USP. Para obtenção dos dados necessários ao estudo, os pesquisadores se valeram de entrevistas e observação direta em campo, em contato íntimo com a população e participando da vida cotidiana na localidade (WILLEMS, 1947:5-6). Willems considerava a metodologia utilizada neste trabalho uma “dilatação do horizonte da Antropologia” (ibidem), inserindo-o no conjunto de pesquisas que há alguns anos vinham sendo desenvolvidas principalmente sob os auspícios de universidades norte-americanas. Referia-se a obras como *Middletown* (1929) de Robert e Helen Lynd, *Tepotzlan: a Mexican Village* (1930) e *The Folk Culture of Yucatan* (1941) de Robert Redfield, e os cinco volumes de *Yankee City Series*, editados por W. Lloyd Warner.

No prefácio da primeira edição do estudo sobre Cunha, embora Willems creditasse aos trabalhos acima referidos sua inspiração metodológica, fez questão de assinalar que aquele material

Não se trata, porém, de uma monografia no sentido um tanto vago da palavra. Não pretendemos abarcar todas as esferas da cultura “caipira” de Cunha, mas somente aquelas em que o contraste entre tradição e transição se está tornando evidente. Um estudo pormenorizado dos aspectos tradicionais da cultura e organização social representa, por assim dizer, o “pano de fundo” sobre o qual se descortinam as mudanças que se fazem sentir com intensidade variável na vida da comunidade.

O interesse no processo de mudança cultural é característica marcante não apenas nesse trabalho, como em diversos estudos de comunidade realizados nas décadas posteriores. Assemelham-se também quanto à organização compartimentada de seu conteúdo; à natureza dos dados coletados (condições de vida, costumes e relações interpessoais, hábitos, etc.); e ao recurso à observação direta na comunidade, entrevistas, dados estatísticos oficiais disponíveis (censos, registros administrativos) e elaborados durante a própria pesquisa.

Nesse estudo Willems trata inicialmente dos aspectos gerais da comunidade, da sua história, dados demográficos e mobilidade espacial; na segunda, trata da estrutura social, como a estratificação das classes sociais, as relações vicinais e familiares, e as associações religiosas, políticas e de outros tipos; na terceira, por sua vez, trata da cultura, discorrendo o autor sobre a organização econômica, alimentação, vestuário, habitação e mobiliário, indústrias domésticas, o universo mágico e religioso e as festas anuais; nas últimas partes, o autor apresenta um resumo dos dados e suas conclusões na pesquisa, em que destaca que os fatores de estabilidade social estavam ligados à força da tradição, enquanto os de instabilidade, ligados às inovações que chegavam à comunidade com o rompimento do seu isolamento com a estrada intermunicipal (WILLEMS, 1947:168).

A discussão em torno dos estudos de comunidade no Brasil teve início logo após a publicação de *Cunha* em 1947. Já no ano seguinte surgiram duras críticas ao estudo, especialmente em relação à sua orientação teórico-metodológica e seu caráter essencialmente descritivo, como veremos adiante nos comentários feitos por Sérgio Buarque de Holanda (1979[1948]) e Caio Prado Júnior (1948). Cabe ressaltar que, ao final dos anos 1940, pouco mais de uma década havia transcorrido desde o início da

institucionalização universitária das Ciências Sociais no país³, estando ainda em debate o estabelecimento de padrões de ensino, pesquisa e produção sócioantropológica que pudessem dar conta de uma sociedade em franco processo de transformação econômica, política e social como a brasileira naquele período.

Nesse sentido, os estudos de comunidade representaram um esforço de padronização científica das Ciências Sociais no Brasil, no contexto da contratação de pesquisadores estrangeiros para compor o corpo docente dos recém-criados centros universitários, a exemplo do sociólogo Donald Pierson e também do prestígio que então gozava a produção sociológica norte-americana no meio acadêmico, especialmente aquela ligada à universidade de Chicago. Desta forma, diversos autores se posicionaram, uns a favor, outros contra, outros ainda propondo aprimoramentos quanto à realização de estudos de comunidade no país. Nogueira (1955:98) apostou nesses estudos como um esforço intelectual que levaria à superação da produção sociológica anterior à institucionalização das ciências sociais no Brasil. Para ele, ao proverem dados empíricos sobre determinada realidade social, espacialmente delimitada e em seu conjunto, os estudos de comunidade deixariam pouca ou nenhuma possibilidade de análise a partir de dados extra-locais ou de suposições – traço da cientificidade que se buscava conferir às pesquisas sociais.

Nogueira (como também WAGLEY e AZEVEDO, 1951; CONSORTE, 1956; IANNI, 1961) destacou ainda o caráter prático que então assumiam esses estudos em relação a projetos de mudança e desenvolvimento regional que, tanto o governo federal, quanto outras instituições (educacionais, sanitárias, etc., como a Smithsonian Institution e o Serviço Especial de Saúde Pública) estavam implantando no interior do país. O conhecimento produzido por meio dos estudos de comunidade apontava a necessidade de um maior contato dos agentes de mudança social e cultural (médicos, engenheiros, educadores, sanitaristas, entre outros) com as características socioculturais das populações-alvo dos projetos de desenvolvimento, a fim de superar as resistências à mudança e otimizar os resultados desses projetos.

Entre os críticos, Ramos (1995[1957]:105-106) questionou a validade de modelos de investigação social estrangeiros na elucidação de problemas e questões

³ A institucionalização se refere não apenas à criação de centros de profissionalização neste campo do conhecimento, mas envolve aspectos como a estruturação e reconhecimento de uma comunidade acadêmica, e também a adoção da pesquisa como atividade profissional permanente (OLIVEIRA, L., 1995:243).

nacionais, desaconselhando “a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos” e a aplicação de “recursos na prática de pesquisa sobre minudências da vida social, devendo se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais”. Consorte (1956:72) e Durham (1982:167) criticaram dos estudos de comunidade a carência de uma preocupação mais explícita em não apenas mostrar a comunidade como um exemplar do que estava sendo investigado, mas demonstrar a sua relação com o contexto nacional, com as instituições da sociedade tomada sob um olhar mais amplo, reflexo da falta de uma orientação teórica que permitisse tal articulação.

L. A. Costa Pinto (1970[1963]) e posteriormente Klaas Wortmann (1972) criticam também validade desses estudos enquanto pesquisa social. Suas objeções recaíram principalmente sobre o caráter culturalista dos estudos de comunidade. Ao estudar a sociedade civilizada como se fosse primitiva, segundo Costa Pinto (op. cit.:79; 85-86), os estudos de comunidade encarnam uma “distorção metodológica” que lhes confere características essencialmente descritivas, impossibilitando o desenvolvimento de uma problemática específica, pois o esquema conceitual dos antropólogos não permitia analisar os fenômenos sociais próprios de comunidades não-primitivas e em processo de mudança. Já segundo Wortmann (op. cit.:132-135), o caráter culturalista dos estudos de comunidade os conduz a uma visão idealista da realidade social estudada, em que os estereótipos e modelos que informam a pesquisa substituem a própria realidade. Por outro lado, leva-os também à desconsideração das estruturas nacionais e suas manifestações locais, apesar de serem julgadas inteligíveis mediante a análise de suas múltiplas relações.

Essas foram, em termos gerais, as questões que compuseram o debate em torno nos estudos de comunidade a partir do final da década de 1940. Detenhamo-nos então, às referidas críticas de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior ao estudo de Willems sobre Cunha, que perfazem as primeiras reações à realização deste tipo de pesquisa no Brasil. A crítica de Sérgio B. de Holanda sugere que a metodologia utilizada no estudo – pesquisa empírica na comunidade, entrevistas, observação participante – criava obstáculos a uma análise social mais acurada, ao investigar comunidades rurais munido de conceitos e técnicas voltados para sociedades menos complexas, ou seja, conceitos e técnicas marcadamente antropológicos (HOLANDA, op. cit.:132). Conforme comentaria Consorte (1956:65) anos depois, nessas pesquisas

“partia-se do pressuposto de que, sendo o fenômeno cultural um só em espécie, no estudo de suas manifestações, quer entre primitivos, quer entre civilizados, era possível a aplicação das mesmas técnicas”.

Sérgio B. de Holanda quis ressaltar que as diferenças entre “primitivos” e “civilizados” ou entre sociedades complexas em maior ou menor grau não podem ser atropeladas pela aplicação rígida de um método de pesquisa, fazendo-se necessário precisar qual a adequação dos conceitos antropológicos na investigação de comunidades rurais,

agora convertidas, por sua vez, em objeto de pesquisa antropológica, [que] jamais chegou a constituir os agrupamentos perfeitamente estáticos, os organismos culturais compactos, homogêneos, bem equilibrados, as sociedades virtualmente sem história, que se presumem ser, em escala maior ou menor, as tribos denominadas primitivas (HOLANDA, op. cit.:132).

Assim, a abordagem antropológica sobre as comunidades rurais, segundo Holanda, daria a impressão de apresentarem elas afinidades com as tribos “primitivas”. Impressão reforçada pelo próprio uso do termo “cultura de folk” ligado às comunidades rurais investigadas. Ele é marca da influência de Robert Redfield (1949[1930]), que havia investigado comunidades no México comparando a dimensão da influência do contato com centros urbanos na sua configuração social. O “folk” não estaria necessariamente associado a uma organização social “primitiva”, correspondendo, muitas vezes, a organizações em que se observa na verdade a fusão de elementos culturais – indígenas e europeus no caso do México, por exemplo (ibidem:128). Estender as técnicas de investigação de tribos a um conceito amplo como o “folk” seria para Holanda um erro de perspectiva, pois as características socioculturais dessas populações estavam muito mais relacionadas às sociedades ditas “civilizadas”, havendo então entre o universo rural e urbano uma “diferença de grau [de complexidade], mas não de essência. As mudanças que se produziram em épocas anteriores à nossa são fundamentalmente as mesmas que se registraram em meios sofisticados, apenas de modo menos evidente e como em câmera lenta” (ibidem:133).

Caio Prado Jr., por sua vez, considerou que o estudo *Cunha* oferecia somente uma contribuição do ponto de vista da coleta de material sociológico (relativo a estrutura social, organização econômica, cultura, etc.) (PRADO JÚNIOR, 1948:23-24). Para ele, a abordagem do contraste entre “tradição e transição” no estudo não configurava um sistema de ideias a partir do qual a investigação era conduzida, mas

apenas “um esquema puramente formal de classificação dos fatos” (ibidem:24), em que os dados coletados eram encaixados e permaneciam compartimentados, sem uma articulação que permitisse sua análise. Tão compartimentados que embora Willems tivesse compreendido que os aspectos econômicos eram os principais motores das transformações sociais na comunidade, suas considerações permaneciam na superficialidade dos fatos. Não explicou, por exemplo, o sentido da imigração de indivíduos portadores de elementos culturais diferentes dos tradicionais estar ligada a circunstâncias econômicas, segundo Prado Jr. (ibidem:25). Ao substituir um sistema de ideias por um sistema classificatório, resultado da “obsessão” metodológica em nome da objetividade do estudo, tornava-se impossível realizar um verdadeiro trabalho científico, pois a ausência de relações claras entre os dados impedia a análise explicativa dos mesmos.

Embora a dialética entre “tradição e transição” fosse inerente à temática do estudo sobre Cunha e os aspectos ligados a esses elementos estivessem expostos no trabalho, o processo de transição, com sua dinâmica, não teria sido cientificamente analisado por Willems, pois para Prado Jr.,

(...) não basta a referência, como ocorre ao longo de toda a obra, de duas ordens de fatos classificados respectivamente como sendo expressão da tradição, de um lado, da transição, de outro. Seria preciso mostrar como cada elemento social se transforma permanentemente em outro, dando assim lugar à evolução da comunidade observada do passado para o presente; e também do presente para o futuro. É a descrição desse processo na sua intimidade; a revelação de seu conteúdo de lutas e conflitos, de suas fases de crescimento quantitativo e de mutações bruscas; é isso que constituiria verdadeiramente a explicação e interpretação científica do assunto tratado (PRADO JÚNIOR, op. cit.:26).

Diferentemente de Prado Jr., Sérgio Buarque se coloca de uma forma menos contrária em relação ao estudo. Não obstante ter apontado alguns “pontos fracos” do método empregado na pesquisa, considerou *Cunha* não “uma simples monografia regional de caráter mais ou menos informativo”, tampouco “um armazém de curiosidades ou antiguidades”, mas um “exame sistemático da cultura cabocla” (HOLANDA, op. cit.:126). Sem mencionar impossibilidades, Holanda preferiu os termos “obstáculos” ou “riscos” para afirmar que o estudo sobre Cunha, assim como os estudos de comunidade enquanto metodologia investigativa, carecia de modificações e

adequação às condições específicas da sociedade brasileira para sua acurada análise (ibidem).

Não obstante a série de críticas dirigidas à pesquisa de Willems sobre Cunha e aos estudos de comunidade, em especial durante as décadas de 1950 e 1960, diversos autores (Corrêa, 1987; Vila Nova, 1996; Cavalcanti, 1999; Lima, 1999; Maio e Lima, 2009) abordaram os estudos de comunidade mostrando que as contribuições e limitações desses estudos deviam ser pensadas mediante as questões intelectuais, sociais, econômicas e políticas que marcaram o contexto em que foram produzidos. Ao revisitar a obra de Emilio Willems, procura-se assim recuperar aspectos históricos importantes na produção das Ciências Sociais no Brasil, pondo em questão a predominância das críticas na literatura sobre os estudos de comunidade e mostrando, como sugere Cavalcanti (1999:187), que o próprio termo “estudos de comunidade, [...] nativo da época e de seus críticos, sugere uma homogeneidade inexistente e dificulta o discernimento das muitas vertentes teóricas e diferentes questões de pesquisa abrigadas por esses estudos”.

Referências Bibliográficas

- CAVALCANTI, Maria Laura V. de C. “O aspecto humano de nossos dados” – A relação Pierson/Nogueira, a etnografia e a abordagem das relações raciais. *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil – ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. MAIO, Marcos C. e VILLAS BOAS, Glauca (orgs.). Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- CONSORTE, Josildeth Gomes. “A educação nos estudos de comunidade no Brasil”. *Educação e Ciências Sociais*, vol. 1, nº 2, Rio de Janeiro, CBPE, 1956.
- COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *Sociologia e Desenvolvimento*. Civilização Brasileira, 1970[1963].
- DURHAM, Eunice R. “Os problemas atuais da pesquisa antropológica no Brasil”. *Revista de Antropologia*, vol. 25, São Paulo, 1982.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979. (“Tradição e Transição I, II e III”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10, 17 e 24 de outubro de 1948).

IANNI, Octávio. Estudo de comunidade e conhecimento científico. *Revista de Antropologia*, vol. 9, nºs 1-2, 1961.

LIMA, Nísia Trindade. Utopia sociológica substitui utopia higienista. Reflexão sobre o Brasil e seus contrastes no período de institucionalização universitária das Ciências Sociais (1933-1964). *Um Brasil chamado sertão*. Rio de Janeiro, Revan, 1999.

MAIO, Marcos Chor e LIMA, Nisia Trindade. Tradutores, intérpretes ou promotores de mudança? Cientistas sociais, educação sanitária rural e resistências culturais (1940-1960). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, nº 2, maio/agosto 2009.

NOGUEIRA, Oracy. “Os Estudos de Comunidades no Brasil”. *Revista de Antropologia*, vol.3, nº 2, 1955.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio. “Métodos Sociológicos”. *Fundamentos*. Nºs 7-8, Dez. 1948 / Jan. 1949.

REDFIELD, Robert. *Civilização e Cultura de Folk: estudo de variações culturais em Yucatan*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Ed. 1949[1930].

VILA NOVA, Sebastião. O singular e o universal nos estudos de comunidade. In: FALEIROS, Maria Izabel L. e CRESPO, Regina Aída (orgs.). *Humanismo e Compromisso: ensaios sobre Octávio Ianni*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

VILLAS BÔAS, Gláucia. De Berlim a Brusque, de São Paulo a Nashville – a sociologia de Emilio Willems entre fronteiras. *Tempo Social, Rev. Soc. da Usp*, vol. 12, nº 2, nov. 2000.

VOIGT, André Fabiano. Emílio Willems e a invenção do teuto-brasileiro, entre a aculturação e a assimilação. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n.46, p. 189-201, Editora UFPR, 2007.

WAGLEY, Charles e AZEVEDO, Thales de. “Sobre métodos de campo no estudo de comunidade”. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, vol. V, 1951.

WILLEMS, Emilio. A solução do problema rural brasileiro como mudança social provocada. *Sociologia*, nº 5, vol. 2. 1943.

_____. *O problema rural brasileiro do ponto de vista antropológico*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1944.

_____. *Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1947.

_____. Dezoito anos no Brasil. Resumo de atividades didáticas e científicas. In: CORRÊA, Mariza. *Histórias da Antropologia no Brasil: 1930-1960, testemunhos: Donald Pierson e Emilio Willems*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; (Campinas, SP), Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

WORTMANN, Klaas. A Antropologia brasileira e os estudos de comunidade. *Universitas*, n° 11, 1972.